Hoje, por exemplo, a Comissão de Saúde esteve no Hospital São Paulo, hospital universitário da Unifesp. Ali se formam os médicos do Brasil todo, ali a residência de Medicina é uma das melhores e ouvimos um apelo da reitora Dra. Soraya, que esteve aqui semana passada. Eles têm uma dívida de 160 milhões. Estão com o orçamento estourado. Gastam 630 milhões e o orçamento é de 590, quase 40 milhões de déficit todo ano. Aí o ministro da Saúde, que veio a São Paulo para um evento, foi convidado para ir à Unifesp ver a situação. Ali o ministro disse que o problema talvez fosse de má gestão e cortou um repasse de mais de 20 milhões. Além de não ajudar, suspendeu o repasse de 20 milhões da Rehuf porque não há um entendimento claro da lei do ano de mil novecentos e bolinha, que é do mesmo formato. E o ministro entende que aquele modelo não é certo. Em vez de acrescentar recurso para tentar salvar, ele cortou o Rehuf.

O que quero dizer, deputado Campos Machado? Nós temos responsabilidade, sim. A Universidade Federal, o que temos a ver? O Governo do Estado tem cumprido o seu papel, e eu cumprimento o governador Geraldo Alckmin e o secretário David Uip, que têm cumprido o papel e injetado no Orçamento 9,1, que são 52 milhões. Tem então cumprido o seu papel, não é uma reclamação do estado, mas nós, como cidadãos paulistas, temos de cuidar daquilo que tem atendido a população do estado de São Paulo.

A nossa comissão, então, decidiu fazer uma força-tarefa com o secretário, com o ministro da Educação - porque esse Rehuf é metade do Ministério da Saúde e metade da Educação -, para irmos a Brasília e convocar os deputados federais da bancada paulista para cobrar do ministro. O hospital está à beira de fechar as portas, já cortou quase 500 atendimentos por dia - eles atendem 4.500 pessoas por dia. Isso não é justo.

Temos de ter coragem, sim, como disse o deputado Campos Machado, e não basta vir aqui discursar, mas colocar a questão dos senhores que estão aqui. Temos de ter coragem para isso, discutir e votar. "Eu sou contra!" Que seja contra, mas tem de votar! (Manifestação nas galerias.)

Este Parlamento existe para deliberarmos as matérias não só de interesse de cada um, ou só do governador, de A ou B. Temos de trazer uma resposta. Fica aqui o nosso apelo, Sr. Presidente, para não aceitemos a situação de bandidos, como citaram: de desistirmos do País porque vieram os bandidos, Wesley "Safadão" e Joesley "Safadão", trazer notícias que causaram um caos no País, e foram embora com bilhões de dólares. Deram um golpe no país, e uma imprensa noticia uma coisa; vem outra, copia a matéria, cada um fala de um jeito, e o País, que está tentando se recuperar, vai virando um caos.

Vamos todos refletir e ajudar o País a se levantar, dando um voto de confiança ao presidente Michel Temer. Eu dou o voto de confiança porque vem sendo feito o trabalho. Fica então o nosso apelo registrado. Nós não temos medo, deputado Campos Machado. Temos coragem e vamos enfrentar. Isso faz parte da democracia, e no Brasil não é diferente. Vamos vencer essa fase. Obrigado. (Manifestação nas galerias.)

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, tendo em vista o acordo que fizemos no Colégio de Líderes, hoje à tarde, que votaríamos o Projeto nº 875/16, eu requeiro que os nossos trabalhos sejam prorrogados por duas horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência coloca em votação o pedido de prorrogação.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. MARCOS ZERBINI - PSDB - Sr. Presidente, regimentalmente solicito uma verificação de votação.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, requeiro que os nossos trabalhos sejam prorrogados por duas horas e 29, 28, 27, 26 e 25 minutos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Esta Presidência vai proceder à verificação de votação pelo sistema eletrônico. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem favoráveis deverão registrar o seu voto como "sim", os que forem contrários deverão registrar o seu voto como "não".

* * *

- É feita a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

* * *

O SR. PEDRO TOBIAS - PSDB - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSDB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSDB.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSOL está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSOL.

O SR. ED THOMAS - PSB - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSB.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSD está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSD.

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PPS está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PPS.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PT está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PT.

O SR. ROGÉRIO NOGUEIRA - DEM - Sr. Presidente, declaro a obstrução da bancada do DEM.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do DEM.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sr. Presidente, declaro a obstrução da bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PMDB.

O SR. EDSON GIRIBONI - PV - Sr. Presidente, declaro a obstrução da bancada do PV.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PV.

O SR. FELICIANO FILHO - PSC - Sr. Presidente, declaro a obstrução da bancada do PSC.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PSC.

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI - PP - Sr. Presidente, declaro a obstrução da bancada do PP.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PP.

O SR. RICARDO MADALENA - PR - Sr. Presidente, declaro a obstrução da bancada do PR.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PR.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, declaro a obstrução da bancada do PRB.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PRB.

A SRA. CLÉLIA GOMES - PHS - Sr. Presidente, declaro a obstrução da bancada do PHS.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PHS.

* * *

- É feita a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, participaram do processo de votação 34 Srs. Deputados: 31 votaram "sim", dois votaram "não", e este deputado na Presidência, resultado insuficiente para prorrogar a sessão.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o tempo da presente sessão, esta Presidência, antes de encerrá-la, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a ter início dez minutos após o término desta sessão.

Está encerrada a presente sessão.

* * *

- Encerra-se a sessão às 19 horas e 01 minuto.

* * *

23 DE MAIO DE 2017
19ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidentes: CAUÊ MACRIS, ANALICE FERNANDES e MARIA LÚCIA AMARY

Secretários: ANALICE FERNANDES, GILMAR GIMENES, MARIA LÚCIA AMARY, CLÉLIA GOMES, LECI BRANDÃO, ORLANDO BOLÇONE, JUNIOR APRILLANTI, WELLINGTON MOURA e EDSON GIRIBONI

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 806/16.
2 - RAUL MARCELO
Discute o PL 806/16.
3 - MARCIA LIA
Solicita verificação de presença.
4 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando constatado quórum.
5 - ANALICE FERNANDES
Assume a Presidência.
6 - MARCIA LIA
Solicita verificação de presença.
7 - PRESIDENTE ANALICE FERNANDES
Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando constatado quórum.
8 - CAMPOS MACHADO
Discute o PL 806/16.
9 - MARCIA LIA
Solicita verificação de presença.
10 - PRESIDENTE ANALICE FERNANDES
Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando constatado quórum.
11 - ALENCAR SANTANA BRAGA
Discute o PL 806/16.
12 - BETH SAHÃO
Discute o PL 806/16.
13 - ENIO TATTO
Solicita verificação de presença.
14 - PRESIDENTE ANALICE FERNANDES
Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando constatado quórum.
15 - MARIA LÚCIA AMARY
Assume a Presidência.
16 - JOOJI HATO
Discute o PL 806/16.
17 - ENIO TATTO
Solicita verificação de presença.
18 - PRESIDENTE MARIA LÚCIA AMARY
Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando constatado quórum.
19 - MARCIA LIA
Discute o PL 806/16 (aparteada pelos deputados Fernando Capez e Marcos Zerbini).
20 - PRESIDENTE MARIA LÚCIA AMARY
Convoca uma sessão extraordinária, a ter início dez minutos após o término da presente sessão.
21 - PRESIDENTE MARIA LÚCIA AMARY
Presta esclarecimentos sobre a segunda sessão extraordinária convocada para o dia de hoje.
22 - WELSON GASPARINI
Discute o PL 806/16.
23 - WELLINGTON MOURA
Solicita verificação de presença.
24 - PRESIDENTE MARIA LÚCIA AMARY
Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe pelo esgotamento do tempo da presente sessão. Lembra a realização da segunda sessão extraordinária de hoje, às 21 horas e 51 minutos. Encerra a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposições em Regime de Urgência.

Item 1 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 806, de 2016, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a participação da São Paulo Previdência - SPPREV em Fundo de Investimento Imobiliário e dá outras providências. Com emenda. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

Para discutir a favor, tem a palavra o nobre deputado Pedro Tobias. (Sua Excelência desiste da palavra.) Para discutir a favor, tem a palavra o nobre deputado Wellington Moura. (Sua Excelência desiste da palavra.) Para discutir a favor, tem a palavra o nobre deputado Gilmaci Santos. (Sua Excelência desiste da palavra.)

Para discutir contra, tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo. (Ausente.) Para discutir contra, tem a palavra o nobre deputado Raul Marcelo, pelo tempo regimental.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, na verdade, eu não sou, a princípio, contra esse projeto. Agora, estamos preocupados com a situação da São Paulo Previdência.

Eu era deputado, aqui, na época em que nós votamos isso. O governador José Serra enviou esse projeto para a Casa, para criar a São Paulo Previdência. A São Paulo Previdência não tem, de fato, caixa. Tem poucos recursos - até porque o Governo nunca fez sua contrapartida para a formação do caixa da Previdência do servidor do estado de São Paulo.

Ocorre que, hoje, o que tem o SPPrev são imóveis. É uma infinidade de imóveis. Eu tenho a lista. Várias instituições do estado de São Paulo foram, por meio de projetos de lei aprovados nesta Casa, transferindo seus imóveis - como foi o caso do Itesp, por exemplo - para a SPPrev. Há a Lei nº 11.688, de 2004 e a Lei nº 15.088, de 2013. Ao todo, são 929 imóveis.

Agora, o governador manda esse projeto para a Casa. É o projeto que estamos debatendo. Vamos iniciar a discussão dele aqui, na Assembleia. Não é dito textualmente no projeto, mas está implícito, com a criação desse Fundo de Investimento Imobiliário, que a ideia é iniciar a alienação desses imóveis junto com a São Paulo Previdência.

Vamos ter um processo que já foi tentado no passado pelo governador Geraldo Alckmin sem muito êxito. De um bilhão que se estimava arrecadar com alienação de imóveis do próprio Governo do Estado, do Executivo, se alcançou apenas quinze milhões.

O problema é que não existe transparência nesse projeto. Eu acho que deveria vir a esta Casa tanto a direção da São Paulo Previdência quanto o secretário da Fazenda para dizer quais os imóveis que serão alienados, fazer um balanço da experiência passada em relação à alienação de imóveis que o governador já tentou fazer no passado, mas não teve êxito, dizer qual o valor que se pensa em arrecadar e para onde, de fato, vão ser destinados esses recursos.

A bancada do PSOL está preocupada com a prestação de esclarecimentos em relação a esse projeto, a esse Fundo de Investimentos Imobiliários, porque não diz, claramente, no texto da lei, que vai ser feita a alienação de imóveis, mas para quem sabe ler o pingo é uma letra. O governador só mandaria um projeto de lei para esta Casa, porque ele precisa de autorização para alienação de imóvel, se tivesse a intenção de vender os imóveis que estão, hoje, sob a guarda da São Paulo Previdência. O que se quer, de fato, com esse Fundo de Investimento Imobiliário, é a alienação dos imóveis que estão sob a administração e a responsabilidade da São Paulo Previdência.

Nós queremos saber que imóveis são, onde estão situados, qual a avaliação que se tem desses imóveis, qual a previsão de arrecadação, ou seja, nós queremos transparência. Na República - res publica, coisa do povo -, os parlamentares, em tese, têm que se preocupar com a coisa pública e com o patrimônio, sobretudo da população do estado de São Paulo.

Nós vamos iniciar um processo de obstrução que vai levar dias, semanas, até meses, em relação a esse projeto, enquanto não vier para a Casa o Conselho de Administração da São Paulo Previdência e o secretário da Fazenda para explicar detalhe por detalhe, "tintim por tintim" tudo o que diz respeito aos imóveis da São Paulo Previdência.

Abro um parênteses, Sr. Presidente e pessoas que acompanham este pronunciamento, para fazer um desagravo da deputada Leci Brandão. Quero dizer à deputada Leci Brandão que ela só foi, hoje, desrespeitada na Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa de São Paulo. A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, através da sua Comissão de Cultura, desrespeitou uma das maiores personalidades da cultura popular brasileira.

Para quem não sabe, a deputada Leci Brandão escreve, é intérprete e canta. Já cantou, com 18 anos, em 1974, no programa da TV Cultura, tevê nossa, tevê do estado de São Paulo, "Ensaio". A deputada Leci Brandão se apresentou, com 18 anos, ao lado de um dos maiores intérpretes da Música Popular Brasileira, Cartola, esse que está no panteão da música brasileira, junto com Adoniran Barbosa, Noel Rosa e tantos outros. Eu, que sou fã, tenho os discos da Leci Brandão, acompanho a sua trajetória e a sua música, fiquei profundamente entristecido ao ouvir o relato dela. Nós temos o privilégio de ter na Casa, entre os 94 deputados, uma representante da Música Popular Brasileira, a Leci Brandão, que nos enche de orgulho e que foi desrespeitada na Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa.

Se a presidente ou o presidente, porque eu nem sei quem é, da Comissão de Cultura não fizer uma retratação pública a V. Exa., se o presidente da Assembleia não fizer uma retratação pública a V. Exa., este parlamentar faz, porque eu sei a importância que V. Exa. tem para o povo brasileiro, sobretudo para a cultura brasileira. É um privilégio ouvi-la falar e é um privilégio ainda maior, claro que não no plenário da Casa, mas já pude ouvi-la cantar e interpretar tão bem o sentimento, as paixões, as aspirações do nosso povo.

Outra questão importante, Sr. Presidente. Vivemos momentos complicadíssimos. Em momentos como esse temos que refletir sobre aquelas pessoas que fizeram a diferença na história do Brasil. E muitas pessoas fizeram a diferença na história do Brasil.

Citei aqui, esses dias, uma homenagem a dois cearenses importantes, quando do falecimento do Belchior, e fiz um registro, junto com ele, do Marechal do Ar, o Casimiro Montenegro Filho, também cearense, que trabalhou na Aeronáutica em São Paulo, durante muitos anos. Em 32, fiel aos ideais getulistas, ideais nacionalistas, e da modernização que apregoavam então setores do Exército brasileiro, ele foi preso em São Paulo quando se colocou contra o movimento de São Paulo contra o processo de modernização do Estado brasileiro, implantado inicialmente pelo Getúlio Vargas. Ficou 85 dias preso.

Mas esse cidadão brasileiro, Casimiro Montenegro Filho, saiu da prisão, ingressou novamente na Aeronáutica.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Sr. Presidente, solicito regimentalmente uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Convido os nobres deputados Analice Fernandes e Gilmar Gimenes para auxiliarem a Presidência na verificação de presença ora requerida.

* * *

- É iniciada a chamada.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a Presidência constata número regimental de Srs. Deputados e Sras. Deputadas em plenário, pelo que dá por interrompido o processo de verificação de presença e agradece a colaboração dos nobres deputados Gilmar Gimenes e Analice Fernandes.

Continua com a palavra o nobre deputado Raul Marcelo.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - Em que pese esse corte brusco, Sr. Presidente, vou retomar o raciocínio. Estamos em um momento complicado da vida nacional. E quero lembrar que, nesses momentos, devemos nos apegar a pessoas que, de fato, fizeram a diferença.

Porque, da Cidade do México até Patagônia, todos nós, latino-americanos, somos subdesenvolvidos. Somos países subdesenvolvidos. E temos uma marca, a da desigualdade entre as pessoas, a desigualdade regional e a violência. Em todo país latino-americano é a mesma história.

Muita gente achava, nas ciências econômicas e sociais, que o caminho do subdesenvolvimento para o desenvolvimento era tranquilo, pois seria uma etapa. E não é; a pré-condição para o mundo desenvolvido são os países subdesenvolvidos. Muita gente se iludiu: os cepalinos trabalharam anos e décadas em torno desses temas. A verdade é que para sair da situação de subdesenvolvimento é preciso ter muita força política, muita vontade política.

E neste momento "bicudo" que o País vive, é importante nos lembrarmos de pessoas que fizeram a diferença. Eu me lembrava de um sonhador, alguém que trabalhou muito pelo desenvolvimento do País: o marechal do ar Casimiro Montenegro Filho, um cearense. Para esses brasileirinhos que têm preconceito com o nordeste e o norte, que acham que São Paulo é uma república, é importante nos lembrarmos de Casimiro Montenegro Filho. Um cearense que foi preso por 85 dias aqui em São Paulo, porque se opôs ao levante de São Paulo contra o processo de modernização do Estado brasileiro, empalmado, na época, por Getúlio e por diversos outros militares. Saiu da prisão e entrou na Aeronáutica.

A pedido da Aeronáutica, viajou aos EUA em 1943, onde visitou o Instituto Tecnológico de Massachusetts e convenceu o engenheiro Richard Harbert a vir a São Paulo desenvolver o ITA - Instituto de Tecnologia da Aeronáutica. E convenceu o Estado brasileiro - à época, o governo Getúlio - a investir e construir a Embraer. E o Brasil, então, depois de décadas de luta, conseguiu exportar aviões. É curioso lermos relatos sobre isso. Hoje, tudo isso está escrito. O primeiro pronunciamento do Dr. Richard, engenheiro de aeronáutica, foi o seguinte: "Não deixem entrar nenhum parafuso dos EUA no Brasil; se entrar, vocês não vão conseguir desenvolver uma indústria de aeronáutica". Foi assim que foi feito no governo do Getúlio. O Brasil, com muito esforço, conseguiu ter uma indústria aeronáutica.

Portanto, existem caminhos para escapar do subdesenvolvimento, que não é uma pedra de aço, uma sentença de morte, uma lei de ferro. Existem caminhos, mas são difíceis. Hoje, estão aqui vários representantes dos reitores das nossas universidades. Existem caminhos: se colocarmos a Unicamp, a USP, a Unesp e todas as universidades do Brasil para vencerem os entraves ao desenvolvimento nacional, é possível triunfar.

Vou citar alguns desses entraves aqui. Nós exportamos petróleo e importamos refino. Importamos diesel. Na balança comercial do ano passado, o rombo foi de 70 bilhões, o que é uma vergonha para o Brasil: exportamos petróleo bruto e importamos óleo diesel com valor em dólar. Não conseguimos nem controlar o preço das tarifas de ônibus, porque importamos diesel. Nós temos a Petrobras. Bastava começar a fazer estações de refino, como a que estava prevista, por exemplo, no Maranhão. Ela poderia tirar o Maranhão da situação vexatória de ser o estado mais atrasado da Federação. Mas não. O que aconteceu? A Dilma, no segundo mandato, mandou cortar o investimento no Maranhão.

Já o governo Temer nem sequer pode ser chamado de governo. Além de não ter criatividade nem vontade, não tem um neurônio esse rapaz que é presidente do Brasil. Nada, zero; absolutamente zero. Mas poderiam pôr a Petrobras para fazer o refino. É um absurdo o Brasil gastar 70 bilhões de dólares para importar óleo diesel. Neste país, todo mundo anda de ônibus, pois não há trem.

Outra coisa que é possível fazer é a indústria de remédios. Não é difícil, embora leve uns 10 anos para fazer. As indústrias de remédios, inclusive, não pagam impostos. A maior devedora para o Governo de São Paulo é uma empresa de remédios, que deve cinco bilhões e meio de reais em ICMS. Mas, enfim, no ano passado o rombo na balança comercial foi de 25 bilhões de dólares. O Brasil importa até Tylenol. Importa até coisas que não têm mais patente. Bastaria pôr dinheiro em nossas universidades, pôr gente que esteja a fim de fazer o desenvolvimento e pesquisa nessas áreas.

Vai demorar? Claro que demora. O caminho para sair do subdesenvolvimento demora. A China fez uma revolução e começou o processo de sair do subdesenvolvimento em 1971. Está há 50 anos industrializando o país. E nenhum representante chinês diz que a China é país desenvolvido. Todos eles falam que a China é um país subdesenvolvido, é o maior processo industrial de que se tem notícia, mais do que a Inglaterra, mais do que a Alemanha, mais do que o Japão, mais do que os Estados Unidos, 50 anos, e ainda são subdesenvolvidos. O caminho para o desenvolvimento é um caminho difícil, uma estrada tortuosa, escura, cheia de armadilhas, e uma luta política imensa, porque os sete ricos não querem que nenhuma nação ascenda mais, porque não querem dividir o butim dos recursos naturais do planeta.

E aí olhamos para o Brasil, era para estar discutindo isso, para estar discutindo balança comercial dos remédios, 25 bilhões de rombo. Era para o presidente da República, se tivesse um neurônio, se fosse um mínimo de brasileiro, se honrasse o seu RG e a calça que veste... O presidente da Fiesp não produz nada, não produz um sapato. Ele tem uns galpões que aluga e empresta dinheiro para o governo. O Brasil virou isso, hoje, uma república rentista de gente que empresta dinheiro para o governo. Atividade empresarial, no Brasil, se resume a isso, hoje. As empresas de remédio estão dando risada, porque importa tudo e não tem problema porque elas transferem. O dólar está valorizado, transfere para o consumidor. Quem paga? O aposentado. O aposentado vai pagar como, se não tiver Previdência mais, que o Temer quer acabar também? Não há projeto de desenvolvimento, não tem nada, não sai nada da cabeça do presidente atual.

Outro rombo na balança comercial: defensivo agrícola, que é o agrotóxico. Foram 20 bilhões no ano passado. O Brasil, aqui em São Paulo, tinha muitas fábricas de agrotóxicos nos anos 80. Fecharam tudo, hoje são representantes que importam agrotóxicos de outros países, inclusive aqui em São Paulo já fiz um projeto de lei.

Deputada Leci Brandão, V. Exa. para quem fiz um desagravo público aqui, hoje, porque tenho V. Exa. nos panteões dos intérpretes da música popular brasileira. Vossa Excelência acredita que além de não termos, aqui em São Paulo, o estado mais industrializado do Brasil, fábricas de defensivos agrícolas, estamos importando? E sabe o que estamos importando? Metamidofós, um defensivo agrícola usado na lavoura de cana, cancerígeno, proibido na Europa inteira, no Japão, em parte dos Estados Unidos, inclusive em algumas regiões da China, só que a China exporta baratinho, a Anvisa deixa, que é uma palhaçada. O secretário de Saúde de São Paulo, David Uip, que sempre está estudando, estudando, estudando e não sai nada, entra o Metamidofós aqui em São Paulo. Jogam de avião na região de Ribeirão Preto! É cancerígeno, proibido na Europa inteira, e o Brasil não tem fábrica de defensivo agrícola, ou seja, agrotóxico. Mas se usássemos nossas universidades, dava para desenvolver defensivo agrícola que respeite o meio ambiente, defensivo agrícola natural.